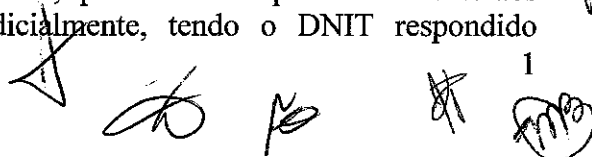


DNIT

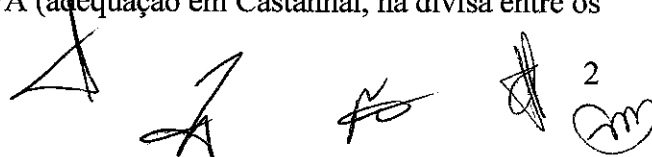
ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No décimo nono dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, com o início às catorze horas e cinquenta e três minutos, realizou-se a Centésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência do Senhor Fernando Fortes Melro Filho – Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe; e como convidados os Senhores Gustavo Adolfo Andrade de Sá – Diretor Executivo do DNIT; Alexandre Castro Fernandes – Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR; Bráulio Fernando Lucena Júnior – Assessor Técnico da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; e Tiago Oliveira Moreira – Coordenador de Obras Diretas/CGCONT/DIR. O Presidente declarou aberta a sessão e, passando à ordem do dia, deu prosseguimento ao exame das matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 102ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No entanto, o Conselheiro Herbert Drummond disse não se recordar do comentário do Conselheiro Luciano de Souza Castro feito quanto ao Item 5. Sumário Executivo do Relatório Final de Auditoria nº. 01/2016/AUDINT/DNIT, enviado por meio do Memorando nº. 354/2016/AUDINT/DNIT, que trata de auditoria realizada no Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR, no ponto em que ele mencionou “que é importante avaliar essa questão (isto é, o DNIT ter que implementar ações e melhorias no IPR), especialmente após a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias – INPF, visto que o prazo para reestruturação do IPR é curto (três meses)”, constante ao final da página 2 da citada Ata. Nesse ínterim, foi esclarecido que o Conselheiro Luciano de fato realizou esse comentário, o que foi inclusive confirmado pelo Senhor Presidente. O Senhor Valter Casimiro esclareceu que, na verdade, têm sido estabelecidos acordos de cooperação técnica com associações e entidades, as quais possuem expertise no ramo ferroviário, para realizar estudos, visando à implantação do Instituto, o que não implica necessariamente em sua efetiva criação. Na sequência, o Senhor Herbert considerou que é preciso cautela com relação ao andamento dos dois Institutos, visto que, no momento, a prioridade é reestruturar o IPR, e não concentrar esforços na estruturação do INPF, ressaltando que, desse modo, o DNIT correria o risco de não fortalecer nenhum dos dois, o que retrata também a preocupação externada pelo Conselheiro Luciano na Reunião anterior, por meio de outras palavras. No que se refere ao **Item 2. Leitura, votação e aprovação da Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Em relação ao **Item 3. Leitura, votação e aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata também foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que concerne ao **Item 4. Esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico nº. 168/2016, para contratação do novo Plano Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV**, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Alexandre Castro Fernandes, Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR, que esclareceu preliminarmente aos presentes que a licitação está suspensa judicialmente, tendo o DNIT respondido



1

oficialmente ao Poder Judiciário, o qual ainda não se manifestou a respeito. Afirmou também que, enquanto a Justiça não se pronuncia, o DNIT responde às dezenove impugnações feitas ao edital do novo PNCV, e a uma representação do Tribunal de Contas da União – TCU. O Senhor Fernando Fortes perguntou se, do total de impugnações, há alguma que represente maior óbice ao processo, ao que o Senhor Alexandre respondeu que as alegações originárias da representação do TCU possuem maior relevância. Destacou ainda que foi aberta uma solicitação de auditoria para o processo em curso e que aguarda o relatório a ser elaborado pela Auditoria Interna. O Senhor Fernando questionou também se há prazo para a conclusão do relatório, ao que o Auditor-Chefe respondeu que a fase atual é de solicitação de mais informações acerca do PNCV. O Presidente do CONSAD perguntou ainda se essa etapa de auditoria dificultaria o andamento da licitação. O Senhor Alexandre, em resposta, disse que o Diretor de Infraestrutura Rodoviária entendeu ser mais razoável aguardar o término da inspeção para republicar o edital, caso haja alguma constatação por parte da Auditoria Interna, afirmação com a qual concordou o Senhor Presidente do CONSAD. Em seguida, o palestrante iniciou uma breve apresentação dos esclarecimentos técnicos relativos às impugnações e aos questionamentos mais relevantes feitos pelo TCU ao edital, constantes no Memorando nº. 2731/2016/CGPERT/DIR, datado de 13 de junho de 2016, o qual fará parte dessa Ata como anexo: a) Modalidade escolhida para a licitação (pregão eletrônico); b) Não vedação para utilização de equipamentos usados na prestação dos serviços; c) Preferência pela adoção de tecnologias não intrusivas – dispositivo luminoso independente do *display*; d) Prazo exíguo para realização de visitas e elaboração de propostas; e) Exigência de declaração de solidariedade do fabricante do equipamento; f) Adjudicação de, no máximo, dois lotes a uma mesma licitante; g) Acordos de Níveis de Serviço (ANS) – possibilidade de não remuneração das empresas se os índices de desempenho não forem atingidos. Após o término das explanações supracitadas, o Senhor Alexandre afirmou que aguarda as manifestações da Auditoria Interna e da Justiça, além de possíveis determinações e contribuições do TCU para que o edital seja republicado, colocando-se à disposição do Conselho para dirimir eventuais dúvidas. O Conselheiro Herbert Drummond agradeceu e sugeriu a abertura de um canal de comunicação com o Judiciário, via Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT – PFE/DNIT, para facilitar o trâmite do processo. O Presidente do CONSAD interveio e ponderou ser necessário fornecer à PFE/DNIT alguns dados de ordem técnica, tais como o término de vigência do atual PNCV e as estatísticas relativas a acidentes rodoviários que ocorriam antes da implantação do Plano e depois que o mesmo passou a vigorar. Essa iniciativa, segundo o Senhor Fernando, tem o objetivo de demonstrar à Justiça a diminuição no número de acidentes, além de servir de argumento para a manutenção do PNCV nos moldes propostos pela Autarquia e resguardar os gestores de prováveis responsabilizações pelo atraso em sua implantação, ou pela descontinuidade do Plano. Nada mais havendo a tratar acerca desse item específico, o Senhor Presidente deu continuidade abordando o **Item 5. Situação da execução financeira das emendas impositivas de bancadas**, ocasião na qual passou a palavra ao Senhor Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior, o qual iniciou destacando aos presentes que, neste ano, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, a Autarquia ficou incumbida de gerir catorze emendas impositivas, distribuídas em catorze estados da federação, totalizando um bilhão, setecentos e vinte milhões de reais. Ilustrou graficamente as fases nas quais se encontram os empreendimentos em cada estado: quatro em fase de obra; quatro em elaboração de anteprojeto; quatro contratados por meio Regime Diferenciado de Contratação Integrada – RDCi e em fase de elaboração de projeto básico; um em fase de estudo de viabilidade; e um em fase preparatória para licitação. Em seguida, apresentou sinteticamente informações sobre todos os empreendimentos, começando pela rodovia BR-317/AC (construção do contorno rodoviário de Brasília, em situação de estudo de viabilidade) e seguiu falando sobre as rodovias BR-316/PA (adequação em Castanhal, na divisa entre os



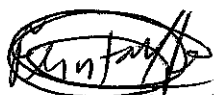
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature on the right and several smaller ones below.

estados de Pará e Maranhão, em fase preparatória para licitação); BR-432/RR (construção em Cantá - Paraíso, com RDCi contratado e em elaboração de projeto básico); BR-153/TO (construção de ponte sobre o Rio Araguaia, município de Xambioá, em situação de elaboração de anteprojeto); BR-135/MA (duplicação em Estiva – Bacabeira – Miranda do Norte); BR-101/RN (obras complementares em Parnamirim - Natal, em fase de obra); BR-230/PB (adequação entre João Pessoa/Oitizeiro e Cabedelo, em fase de elaboração de projeto); BR-101/ES (construção, por convênio, de contorno rodoviário em Serra/Mestre Álvaro, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-493/RJ (duplicação do Arco Rodoviário/RJ – Manilha – Santa Guilhermina); BR-116/SP (construção do Rodoanel de São Paulo - trecho Norte, em fase de obra); BR-163/PR (adequação em Cascavel – Marmelândia, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-174/MT (construção, por convênio, de trecho rodoviário, com RDCi contratado e em fase de elaboração de projeto básico); BR-419/MS (construção em Rio Verde do MT - Aquidauana, em situação de elaboração de anteprojeto); e BR-282/SC (adequação em Joaçaba – São Miguel D'Oeste, em fase de elaboração de anteprojeto). Ao final da apresentação, o palestrante apresentou um quadro de capacidade de execução, comparando os limites orçamentário e financeiro; e também uma tabela com a relação da situação dos empenhos relativos às emendas impositivas. O Presidente agradeceu a exposição e elogiou o Senhor Bráulio pela clareza das informações prestadas ao Conselho, o que foi corroborado pelos demais membros. Em seguida, o Presidente passou ao **Item 6. Apresentação acerca da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR/DNIT, relativa à Coordenação Geral de Construção Rodoviária – CGCONT/DIR/DNIT**, e concedeu a palavra ao Coordenador de Obras Diretas, Senhor Tiago Oliveira Moreira, para elucidar as principais atribuições da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária. O palestrante iniciou demonstrando o organograma da Coordenação-Geral com imagens dos respectivos Coordenadores. A primeira Coordenação exposta foi a de Obras Diretas, pela qual passam todas as medições para pagamento de obras rodoviárias realizadas no país. O Presidente do Conselho, nesse momento, questionou sobre a necessidade de as medições serem remetidas a esse setor, uma vez que as próprias Superintendências Regionais poderiam processar suas medições, o que traria agilidade aos trabalhos e evitaria trâmites desnecessários. O Senhor Tiago Oliveira respondeu que considera desnecessário o encaminhamento das medições para a Coordenação de Obras Diretas. Em função dessa constatação, o Senhor Presidente considerou que tais medições deveriam ser enviadas diretamente à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, vinculada à Diretoria de Administração e Finanças, e serem geridas pela Sede do DNIT, em Brasília/DF. Nessa oportunidade, o Senhor Valter Casimiro apresentou sua concordância com as afirmações sobre a descentralização dessas atividades para as Superintendências Regionais e, inclusive, acrescentou sua opinião de que até mesmo os pagamentos sejam realizados pelas Regionais. O Senhor Fernando Fortes, então, solicitou que fosse avaliada essa questão e revista a tramitação das medições no âmbito do DNIT, acatando-se as considerações do Conselho de Administração. O palestrante retomou a palavra e mostrou um gráfico contendo a quantidade de medições realizadas nos últimos cinco anos, evidenciando uma queda a partir do ano de 2015, em decorrência do limite orçamentário. Em seguida, apresentou a Coordenação de Acompanhamento de Obras, a qual foi criada pelo novo Regimento Interno do DNIT, com o objetivo de acompanhar o andamento das obras por meio do gerenciamento dos contratos e convênios. Explicou que essa Coordenação lançou o Sistema de Relatório de Acompanhamento de Obras – SIGACONT, uma ferramenta na qual constam informações sobre o andamento das obras em todo país, dados estes fornecidos pelas empresas supervisoras. Mencionou ainda a existência do Atlas da CGCONT, painel que disponibiliza informações gerais a respeito dos contratos e proporciona acesso ágil aos dados, facilitando a tomada de decisões. Depois, apresentou a terceira Coordenação da CGCONT – a de Obras Delegadas – e informou quais são suas



3

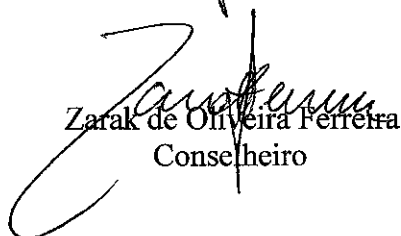
atribuições regimentais e suas atividades, explicou que os convênios de uma forma geral são gerenciados por esta unidade da Autarquia. Após a apresentação sobre as Coordenações, passou a falar acerca da Coordenação-Geral de Construção Rodoviária, cujas atribuições aglutinam as atividades das Coordenações Setoriais num âmbito gerencial, a fim de subsidiar a gestão do Diretor de Infraestrutura Rodoviária na matéria de sua competência. Por fim, exibiu a carteira de contratos por região e os principais empreendimentos realizados no país. O Presidente agradeceu a apresentação e passou ao **Item 7. Relatório gerencial relativo à situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT**, momento em que foi passada a palavra ao Senhor Benedito Orlando Nava Castro, que informou que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (anterior Controladoria Geral da União – CGU) está concluindo a auditoria das contas do DNIT relativas ao ano de 2015, cujo relatório preliminar deverá ser encaminhado na primeira semana de agosto. Informou também que o Plano Anual de Auditoria Interna do DNIT – PAINT está em andamento. Esses dois pontos foram levantados como os mais relevantes a serem mencionados para o conhecimento dos Conselheiros, sob a visão do Auditor-Chefe, desde a última reunião do Conselho. Os demais dados do Relatório Gerencial encontram-se expostos em gráficos e tabelas no documento juntado à pauta. Passando ao **Item 8. Assuntos Gerais**, o Conselheiro Drummond elogiou as apresentações, realizadas no dia de hoje pelas áreas do DNIT, representadas pelos Senhores Alexandre Castro Fernandes - Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR, Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior - Analista em Infraestrutura de Transportes e Assessor Técnico da DIR e Tiago Oliveira Moreira - Coordenador de Obras Diretas/CGCONT/DIR, sobre os itens 4, 5 e 6 da pauta, respectivamente. Disse que demonstraram bastante preparo, conhecimento e facilidade na transmissão dos assuntos. Solicitou ao Senhor Diretor-Geral do DNIT que comunique a eles a opinião do Conselho a respeito de seu desempenho, consideração com a qual os demais membros concordaram e apoiaram. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezesseis horas e quinze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



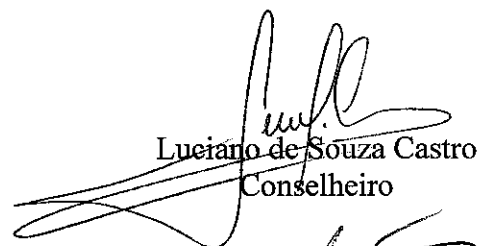
Fernando Fortes Melro Filho
Presidente



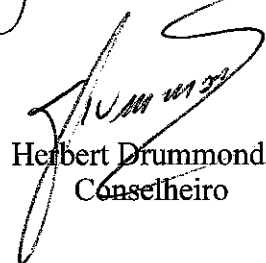
Valter Casimiro Silveira
Conselheiro



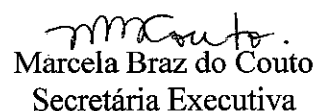
Zarak de Oliveira Ferreira
Conselheiro



Luciano de Souza Castro
Conselheiro



Heibert Drummond
Conselheiro



Marcela Braz do Couto
Secretária Executiva